

## A ECONOMIA DO MAL E A ECONOMIA DA AUSÊNCIA DE PENSAMENTO

Helder Félix Pereira de Souza<sup>1</sup>

Valquiria Vasconcelos da Piedade<sup>2</sup>

### RESUMO

A noção de mal arraigado na natureza humana já está presente com clareza nas lições de 1775/76 sobre antropologia de Kant, principalmente no texto *Do carácter da humanidade em geral*. A partir deste texto, o intuito é tecer algumas considerações sobre a ideia do mal presente na obra *A Religião nos Limites da Simples Razão* de Immanuel Kant relacionando-o com o conceito de banalidade do mal da politóloga alemã Hannah Arendt, a fim de destacar o funcionamento de um tipo de economia do mal que impulsiona para o bem e respectivamente de uma economia da ausência de pensamento que direciona ao próprio pensamento.

**Palavras-chave:** Economia do mal. Economia da ausência de pensamento. Kant. Hannah Arendt.

### ABSTRACT

The notion of evil ingrained in human nature is already present clearly in the lessons of 1775/76 on Kant's anthropology, especially in text *The character of the humanity in general*. From this text, the intention is make some observations about the idea of evil present in the work *The Religion on the limits of Simple Reason* by Immanuel Kant connecting it with the concept banality of evil of the German political thinker Hannah Arendt, in order to highlight the type functioning of an economy of evil that impels to the good and, respectively, an economy of absence of thought that directs to the thought itself.

**Keywords:** Economy of evil. Economy of absence of thought. Kant. Hannah Arendt.

### INTRODUÇÃO

146 - O homem é visivelmente feito para pensar; é toda a sua dignidade e todo o seu mérito; (PASCAL, 1973, pp.80-81)

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito pela UFSC e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Graduado em Filosofia pela UFSC. Graduando em Letras pela UFSC. E-mail: [helderfps@hotmail.com](mailto:helderfps@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestre em Teatro pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Especialista em Arte e Interdisciplinariedade das Artes pela Faculdade de Artes do Paraná - FAP. Especialista em educação especial pela Faculdade Maringá - FMA. Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Graduanda em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. E-mail: [valpimpinela@hotmail.com](mailto:valpimpinela@hotmail.com).

Immanuel Kant, filósofo alemão do séc. XVIII, no texto “Do caráter da humanidade em geral” das lições de 1775/76 sobre antropologia, aponta para a existência da “maldade na natureza de todos os homens” (KANT, 2013, p.270). Tal tema é melhor desenvolvido em sua obra posterior intitulada “A Religião nos Limites da Simples Razão” (1793) em que, na primeira parte, Kant discorre filosoficamente sobre a questão do bem e do mal no homem.

A respectiva discussão sobre o mal é extremamente relevante, pois Kant foi um dos primeiros filósofos a tratar o tema a partir da razão filosófica pensando o mal fora da teodiceia, ou seja, o mal só no homem, na estrutura do ser finito e não na do infinito ou em um demônio ou divindade exterior ao humano. E tal discussão possibilitou que Hannah Arendt retomasse o tema do mal na medida em que a noção kantiana de mal radical demonstrou-se insuficiente para auxiliar a compreensão sobre os horrores do totalitarismo no século XX.

Neste ensaio não buscamos discutir sobre o mal em si, ou somente a banalidade do mal enquanto conceito, ou analisar a figura de Eichmann e desvendar os equívocos de Arendt como muito bem o fez Bettina Stangneth em sua recente obra “Eichmann before Jerusalém: the unexamined life of a nass murderer” (2014). O intuito aqui é partir da noção de mal radical kantiano e apontar o seu limite segundo o conceito de banalidade do mal de Hannah Arendt, a fim de tecer uma reflexão que destaque o funcionamento de um tipo de economia do mal que impulsiona para o bem e, respectivamente, uma economia da ausência de pensamento como um mal que direciona ao próprio pensamento como um bem.

Para isso, na primeira parte discorreremos sobre a noção de mal como origem do bem que, funcionando de modo estritamente econômico, constitui de forma originária as instituições humanas; na segunda parte são desenvolvidas as conhecidas concepções kantianas de mal como inclinação, impureza e malignidade para, na terceira parte, confrontar a ideia de mal radical com o conceito de banalidade do mal, destacando o limite do conceito kantiano e a sua reverberação ampliada no conceito arendtiano de um tipo de economia da ausência de pensamento como o maior mal da humanidade capaz de impulsionar para a presença do pensamento como o sumo bem.

Por fim, são tecidas algumas considerações finais sobre o assunto e a urgência de se pensar o tema da economia do mal na atualidade não somente de uma perspectiva pejorativa negativa, mas em um viés espantosamente positivo.

## 1. O MAL COMO ORIGEM DO BEM OU A ECONOMIA DO MAL

É espantoso constatar nos textos iniciais de Kant a afirmação de que o mal da natureza do homem (do homem enquanto espécie) é o que origina o bem. Ou seja, toda a predisposição do homem em naturalmente ser violento, egoísta, desconfiado, mentiroso, etc., e que lhe confere um caráter natural de insociabilidade, curiosamente o impulsiona para a brandura, o altruísmo, a confiança, a verdade, enfim, para a sociabilidade.

Dessa maldade arraigada no homem, que aproxima Kant do conceito de natureza humana de Hobbes, cujo “homem é lobo do homem” (HOBBS, 2002, p.3), e o faz repensar a ideia rousseauiana de que “o homem é naturalmente bom” (ROUSSEAU, 1973, p.297), traz uma contribuição original do filósofo de Königsberg ao declarar a existência de “uma grande utilidade que brota da maldade” e que tal “mal é aqui, pois, a fonte do bem. [...] O mal na natureza animal é próprio da animalidade, e é a fonte do desenvolvimento do bem da humanidade.” (KANT, 2013, p.270)

Mas, como é possível a partir do mal surgir o bem? Haveria no mal algo de bom?

Se pensarmos com Kant, uma hipótese plausível seria a de que uma predisposição natural ao mal força os homens, necessariamente, a se sociabilizarem, haja vista que para sobreviverem na natureza, juntamente com homens, é necessário conviverem com um mínimo de harmonia entre si.

Assim, em estado de natureza ou em estado selvagem, o homem é tal como um animal e não faz distinção entre bem e mal, sendo até mesmo incapaz de obrar um mundo diferente daquele que lhe é dado pela própria natureza. Por esse viés, o animal pode ser considerado como “pobre de mundo” (HEIDEGGER, 2006, p.216) devido a sua pouca ou quase nenhuma capacidade de dispor de um mundo mais livre das necessidades naturais.

Contudo, ao ser impelido a conviver entre homens e a vencer seu estado natural de insociabilidade para fundar uma possível sociabilidade, o homem ascende a um âmbito em que é capaz de obrar um mundo próprio, forçado pelo jogo de oposição e fundado na tendência antagônica da “insociável sociabilidade dos homens” (KANT, 2011, p.8). Por essa relação conflituosa que habita o homem, ele é

capaz de obrar um mundo diferente daquele que a natureza lhe dispõe, sendo, portanto, o mundo do animal-homem um mundo mais rico, capaz de estabelecer pactos entre os homens, formar uma sociedade civil, liberando-o um pouco mais do fardo incessante de suas necessidades naturais.

Derivada dessa riqueza de mundo e forçado a construí-lo devido ao mal arraigado em sua natureza, o homem elabora e refina cada vez mais suas obras e “no estado civil o homem desenvolve os seus talentos. Com os impulsos para o mal, aumentam também os seus impulsos para o bem.” (KANT, 2013, p.277).

De tal administração dos males que podemos chamar de “economia do mal”, como muito bem observou o filósofo português Leonel Ribeiro dos Santos (2012, p.70), emerge todo o bem que há na humanidade. Em outras palavras, entendendo economia<sup>3</sup> como administração ou gestão eficiente de algo, ao ser forçado a administrar e gerenciar a maldade como uma necessidade que se impõe ao próprio homem em convívio com outros homens, fruto de sua predisposição ao mal, o homem é tensionado a desenvolver a moral, a política, o direito, a arte, etc., como possibilidade de obter melhores resultados no enfrentamento contra a sua natural predisposição ao mal e evitar o empobrecimento de mundo.

Assim, a noção de economia adquire um sentido de gestão eficiente das dificuldades, dos conflitos, dos males que a necessidade impõe e que possibilita aos homens resolverem seus problemas com relativo grau de eficiência, sem que se aniquilem mutuamente. Em tese, os males bem administrados ativam no homem sua criatividade para contorná-los, liberando-o em certa medida do fardo das necessidades da vida e impulsionando-o para a realização de inúmeras coisas que podem potencializar o seu engenho e fazer emergir seus talentos. Daí que podemos entender que uma economia do mal pode impulsionar o homem ao bem, e o mal passa a não ter somente um valor negativo pleno, mas possui também um viés radicalmente positivo.

---

<sup>3</sup> A noção de economia aqui empregada deriva de um sentido aristotélico (ou pseudoaristotélico) presente em seu tratado sobre economia em que *oikonomia* remete a “arte de administrar uma casa” (ARISTÓTELES, 2011, p. 6). Em nosso artigo empregaremos economia em um sentido mais moderno, derivado da forma latinizada *oeconomia* como “atividade de gestão e de governo eficiente das coisas e das pessoas” (AGAMBEN, 2011 p.301), com um significado mais estrito de administração eficiente de algo, ou gestão das necessidades.

## 2. AS TRÊS NOÇÕES DE MAL

Avançando no tema do mal, Kant, em sua obra “A Religião nos Limites da Simples Razão”, logo na primeira parte do livro desenvolve a ideia do mal radical na natureza humana em que o caracteriza não como um mal externo que determine o arbítrio humano submetendo-o a uma inclinação, mas “unicamente numa regra que o próprio arbítrio para si institui para o uso da sua liberdade, i.e., numa máxima.” (2008, p.24). Desse modo, o mal radical denota a existência de uma raiz do mal no homem em que o faz adotar uma máxima não moral (amor de si, egoísmo) como a máxima de suas ações, que no caso seriam ações não morais. Em outras palavras, o mal radical existe quando é transformado, por exemplo, o amor de si em uma regra universal que se quer sempre seguir, ou se comportar de acordo com ela, primariamente sobre quaisquer situações.

Kant destaca três tipos de propensões ou inclinações ao mal no homem: a fraqueza (fragilidade), a impureza e a malignidade (perversidade), que vale a pena citar integralmente a passagem:

Podem distinguir-se três diferentes graus de tal propensão. Primeiro, é a debilidade do coração humano na observância das máximas adoptadas em geral, ou a fragilidade da natureza humana; em segundo lugar, a inclinação para misturar móveis imorais com os morais (ainda que tal acontecesse com boa intenção e sob as máximas do bem), i.e., a impureza; em terceiro lugar, a inclinação para o perfilhamento de máximas más, i.e., a malignidade da natureza humana ou do coração humano. (KANT, 2008, 35).

A primeira propensão ao mal, ou seja, a fraqueza que Kant chama de fragilidade da natureza humana, é semelhante aquela da passagem bíblica pela qual passa o apóstolo Paulo que sabe o que é o bem, aceita e reconhece a lei boa, porém no momento de agir não faz o bem que ele quer, mas faz o mal que não quer<sup>4</sup> (BÍBLIA SAGRADA, 1989, p.1239). Ou seja, a situação é a de ter o querer, mas faltar o cumprir; a lei moral (bem) existe e sabe-se dela, contudo, não se efetiva na ação, pois o móbil moral não é suficientemente capaz de aplacar a inclinação.

A impureza, ou a segunda propensão kantiana, implica em uma mistura de motivos morais e egoísmo (máxima do amor de si e máximas morais), ou seja, é a mescla da primeira propensão, a fragilidade, com a terceira, a malignidade ou

<sup>4</sup> Romanos, 7, 14-25.

perversidade, em que “acções conformes ao dever não são feitas puramente por dever.” (KANT, 2008, p.36).

Por fim, em terceiro lugar, a malignidade ou perversidade, ou seja, a corrupção do coração humano em que existe a inclinação do arbítrio para máximas não morais que implica em ações não morais. De uma forma contrária à primeira inclinação, o homem tem seu modo de pensar corrompido na raiz (intenção moral), invertendo a ordem moral e aceitando, por exemplo, o amor de si ou o egoísmo acima da máxima moral, o que acarreta em uma máxima não moral e, conseqüentemente, em uma ação não moral.

Assim, destacadas as propensões humanas para o mal Kant afirma que:

Se na natureza humana reside para tal uma propensão, então há no homem uma inclinação natural para o mal; e esta própria tendência, por ter finalmente de se buscar num livre arbítrio, por conseguinte, poder imputar-se, é moralmente má. Este mal é *radical*, pois corrompe o fundamento de todas as máximas; ao mesmo tempo, como propensão natural, não exterminar por meio de forças humanas, porque tal só poderia acontecer graças a máximas boas – o que não pode ter lugar se o supremo fundamento subjectivo de todas as máximas se supõe corrompido; deve, no entanto, ser possível *prevalecer*, uma vez que ela se encontra no homem como ser dotado de acção livre. (KANT, 2008, p.44).

A fonte de todo o mal do homem, para Kant, está naquilo que prejudica e corrompe sua faculdade moral de julgar: ou seja, a adoção invertida como princípio das máximas morais o amor de si. Tal malignidade no homem, se existir no indivíduo é um caso de raridade, como pensava Kant. Mas a predisposição e a inclinação ao mal estão arraigadas na natureza humana, compelindo o homem a agir muitas vezes contrariamente à moral, mesmo que a convivência entre homens em uma economia do mal o direcione sempre ao bem conviver.

### **3. O MAL RADICAL, A BANALIDADE DO MAL E A ECONOMIA DA AUSÊNCIA DE PENSAMENTO**

Hannah Arendt, politóloga alemã do séc. XX, ao analisar o fenômeno do totalitarismo ocorrido na Alemanha nazista e também o caso do julgamento do nazista Eichmann, em Jerusalém, compreendeu que a ideia do mal radical kantiano

era insuficiente para compreender os acontecimentos e as posturas adotadas por aqueles homens.

Para a pensadora, a teoria do mal radical de Kant como uma inclinação ou propensão que inverte “a ordem das motivações que estaria na raiz de todo mal moral e seria universal” (CORREIA, 2013, p.70) estabelecendo o egoísmo ou o amor de si acima da máxima moral, não era suficiente para apreender o mal dos extermínios nazistas feito por funcionários comuns, tais como Eichmann, responsável pela logística da solução final que organizava a identificação e o transporte das pessoas para os inúmeros campos de concentração durante a segunda grande guerra.

Assim, ao pensar sobre o caso que lhe rendeu a obra “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”, Hannah Arendt (2011a) nos remete a pensar não somente em uma categoria de mal radical no homem para explicar a tragédia da solução final, mas amplia essa ideia kantiana: Arendt pensa o mal como a impossibilidade do pensamento reflexivo, que é perceptível na figura de Eichmann e que parece ser a maior ameaça que a humanidade pode ter, pois este tenente-coronel nazista agia tomando como máxima o dever de seguir as ordens de Hitler, sem se importar muito em pensar profundamente se tais ordens eram boas ou más, certas ou erradas.

Eichmann não era um monstro e fora, até mesmo, um bom pai de família. Sua extrema normalidade era o que muito preocupava Hannah Arendt, pois para a politóloga o alemão nazista não tinha aflorada a capacidade de imaginar-se no lugar do outro e comportava-se seguindo clichês. Até mesmo no momento único e singular de sua morte, em que um sujeito pode manifestar toda a sua originalidade, Eichmann mimetizou clichês fúnebres. Como pode alguém continuar a representar um papel, vestir uma máscara (STANGNETH, 2014), acreditando enganar a todos em seu julgamento final, se de fato não fosse uma inteligência calculativa, e, como compreendeu Arendt, extremamente vazia reflexivamente, incapaz pensar por si própria?

Ao obedecer incondicionalmente os mandamentos do Führer, Eichmann abandonou sua capacidade de pensar e julgar o que fazia, mantendo sua consciência limpa mesmo que mandando para o campo de extermínio milhares de pessoas.

A tese de Arendt destaca que o maior o risco ou o maior mal é o de tornar comum, banal, a incapacidade do juízo reflexivo do homem, de pensar e julgar seriamente o que está fazendo:

Eichmann não era nenhum lago, nenhum Macbeth, e nada estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de 'se provar um vilão'. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, ele *simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*. [...] Ele não era burro. Foi pura irreflexão – algo de maneira nenhuma idêntico à burrice – que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é 'banal' e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum. [...] Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos – talvez inerentes ao homem; essa é, de fato, a lição que se pode aprender com o julgamento de Jerusalém. Mas foi uma lição, não uma explicação do fenômeno, nem uma teoria sobre ele. (ARENDR, 2011a, p.310-311)

Enfim, seguindo a linha de pensamento de Hannah Arendt, Eichmann era uma pessoa de certo modo comum. Não era um 'monstro' ou uma 'entidade diabólica' como se imaginava, e nem agia claramente sob a inclinação de uma máxima não moral, como poderíamos esperar. O defeito que Arendt detecta na figura de Eichmann "não era estupidez, mas irreflexão." (2010, p.18), constituía-se no fato de não conseguir pensar reflexivamente sobre o que estava fazendo e assim agir seguindo ordens, repetir e reproduzir sentenças sem refletir sobre elas e suas consequências, mesmo que com essas ações estivesse aniquilando milhares de pessoas.

Segundo a hipótese arendtiana, a figura de Eichmann representa um modelo de humanidade em que o maior mal residiria não somente nas inclinações ou na adoção de uma máxima não moral, como o amor de si, que Kant havia destacado. Mas o maior mal, ou a maldade da humanidade, estaria na ausência de pensamento que "pode ser comum em pessoas muito inteligentes, e a causa disso não é um coração perverso; pode ser justamente o oposto" (ARENDR, 2010, p.28). Ou seja, a incapacidade de pensar reflexivamente 'o que estamos fazendo' pode nos levar a estupidez de tratar as pessoas de modo instrumental e calculado, como meros meios para se atingir fins, prejudicando a capacidade de pensá-las como um fim em si mesmas e refletir sobre o que é certo e errado nas ações.

Os desdobramentos da história após a segunda guerra mundial e a experiência dos campos de extermínio inauguraram uma nova configuração do mal na humanidade que Kant jamais poderia perscrutar<sup>5</sup>. No entanto, a arquitetura de seu pensamento se mantém, pois do mesmo modo que o mal nos força ao bem na “economia do mal” (SANTOS, 2012, p.67), a ausência de pensamento destacada como o mal por Arendt pode também nos forçar ao bem, ou seja, uma economia da ausência de pensamento pode nos levar a pensar.

Em outras palavras, uma economia da ausência de pensamento é um tipo de administração da falta de pensamento e que impulsiona ao pensamento. Ou seja, movida pela escassez de pensamento, a importância do pensamento desvela todo o seu valor de forma positiva. Assim, a economia da ausência de pensamento faz aparecer o valor e a importância do pensamento e nos impulsiona para ele, na medida em que a sua falta pode colocar em risco a existência de toda a humanidade.

Podemos afirmar que a reflexão arendtiana colocou em destaque a imprescindibilidade e a urgência do pensamento ao pensar sobre os problemas de sua ausência em momentos da nossa história onde o homem tem o poder de aniquilar sua própria existência, inclusive a do seu meio. O foco, portanto, não seria Eichmann, mas o conflito entre o pensar e o não pensar, e como a ausência de pensamento pode nos forçar a pensar.

De modo semelhante à economia kantiana do mal que curiosamente nos impulsiona ao bem, podemos afirmar com Arendt que há uma economia da ausência do pensamento que pode nos impulsionar ao próprio pensamento.

Todavia, o acontecimento da segunda guerra mundial foi tão extremo ao ponto de preocupar seriamente Hannah Arendt na medida em que o mal, como ausência de pensar o que estamos fazendo, colocou em risco a nossa capacidade originária do próprio pensar. O que está em risco no caso do totalitarismo é o esgotamento daquilo que impulsiona o homem ao bem e a constituição de um mundo próprio.

---

<sup>5</sup> O problema detectado por Hannah Arendt não poderia ser detectado por Kant, pois a segunda guerra mundial e o advento da era atômica abriu a possibilidade de colocar em risco toda a humanidade, o que antes era inconcebível. Por exemplo: a eficiente fábrica de cadáveres dos campos de concentração, as armas de destruição em massa (química, biológica, atômica); a crise dos mísseis cubanos ocorrido em outubro de 1962 foi um momento fundamental em que a existência de toda a humanidade na Terra dependia da decisão dos homens.

A ausência do pensar como a possibilidade da morte do pensamento, pode implicar no estabelecimento do mal banal e a desertificação do mundo humano, nos deixando acostumados com o deserto e até mesmo a viver nessa falta de mundo (ARENDRT, 2011b).

Nesse caso, o mundo humano não seria pobre e nem rico, mas seria um mundo deserto, incapaz de distinguir o certo do errado, o bem do mal. A falta de mundo implica na apatia do homem em agir impulsionado pelo mal em direção ao bem, pois lhe faltaria o discernimento ou juízo, como Kant afirmara.

Assim, o que está em risco com a banalidade do mal é a existência de toda a humanidade que vivendo no deserto, estagnaria, pois se tornaria incapaz de movimentar-se até mesmo no pensamento. Por isso, Arendt chama atenção sobre a importância de não se aprender a viver no deserto, mas enfrentá-lo através de ilhas, ou oásis, em que o livre pensar do homem é cultivado e o pensamento mantém-se ativo, assim como sua capacidade de mundificar continua a salvo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o funcionamento de uma economia do mal em Kant e, extensivamente, uma economia da ausência de pensamento em Arendt como o maior mal é um convite para destacar a importância do pensamento na atualidade. A janela que ambos os autores abrem é a da importância e da capacidade do pensamento que parece dividir-se em duas partes: um pensamento mais comum, que planeja, calcula, organiza e está ativo em todos os homens, mas está reflexivamente ausente; e outro tipo de pensamento, mais demorado e refinado, que se dá de forma reflexiva e permite pensar seriamente o que estamos fazendo.

Parece que a primeira forma de pensar é incapaz de pensar sobre si próprio e em relação aos outros, portanto é um pensamento instrumental e suscetível às inclinações na qual Kant havia discorrido sobre o mal radical e que poderia até mesmo sucumbir ao amor de si mesmo. No entanto, parece que a ideia kantiana sobre o mal radical é insuficiente para explicar as ações de tipos como Eichmann.

Assim, Hannah Arendt busca outro entendimento capaz de dar conta das maldades não orientadas pelas inclinações, mas pelo próprio pensamento calculativo, incapaz da reflexão. Desse modo, o maior mal existiria ao deixarmos de lado o pensamento reflexivo e passarmos a seguir o pensamento calculativo,

incapaz de pensar diferente, mas somente repetir e reproduzir mimeticamente o que é mais banal e comum.

O perigo reside na incapacidade de pensar o que estamos fazendo, ou seja, o mal maior se encontra na ausência de pensamento. Em tornar comum a falta de capacidade de julgar o certo e o errado, o bem e o mal, capaz de manter ativo o jogo conflituoso e antagônico entre o bem e mal, cuidando para que as tempestades de areia do totalitarismo, que sempre ameaçam desertificar o mundo, nunca se estabeleçam plenamente.

Assim como em Kant, se uma economia do mal pode forçar o homem para o bem, uma economia do pensamento, ou melhor, uma economia da ausência de pensamento pode tensionar e manter ativo o pensar ou refletir.

O pensamento reflexivo, quando ativo, permite conflitar com o pensamento que calcula e neste enfrentamento sobrepor-se com a seguinte questão fundamental: o que estamos fazendo? Depois da experiência totalitária e da solução final “a lição que este longo curso da maldade humana nos ensinou – a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos.” (ARENDDT, 2011a, p.274), só nos resta manter ativa a reflexão que a economia da ausência de pensamento nos impele e pensar sempre o que estamos fazendo.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O reino e a glória**. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

ARENDDT, Hannah. **O que é Política. Fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Tradução de Cesar Augusto de Almeida, Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

ARISTÓTELES. **Econômicos**. Tradução de Delfim F. Leão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Pe. Matos Soares. São Paulo: Paulinas, 1989.

CORREIA, Adriano. **Arendt e Kant: banalidade do mal e mal radical**. Revista de Filosofia Argumentos, ano 5, n.9 – Fortaleza, jan/jun. 2013. Disponível em: <

[www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/edicao\\_9/04\\_artigo%204.pdf](http://www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/edicao_9/04_artigo%204.pdf) > Acesso: 15/11/2013.

HEIDEGGER, Martin. **Os conceitos fundamentais da Metafísica. Mundo – Finitude – Solidão.** Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão.** Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, Immanuel. Do caráter da humanidade em geral. Lições sobre antropologia [1775/76]. In.: **Estudos Kantianos, Traduções.** Tradução de Fernando M. F. Silva. Revista do centro de pesquisas e estudos kantianos da UNESP, Marília, v.1, n.1, p.268-282, Jul.-Dez., 2013. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ek/article/viewFile/3078/2350> > Acesso: 30/07/2014.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes.** Tradução de Artur Morão. Covilhã: Edições 70, 2007.

KANT, Immanuel. **A Religião nos Limites da Simples Razão.** Tradução de Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2008.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita.** São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Jackes. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultura, 1973, p.207-326 (Os Pensadores).

PASCAL, Blaise. **Pensamentos.** Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1973.(Os Pensadores).

SANTOS, Leonel Ribeiro dos. «Gênese e matriz antropológica do pensamento político de Kant», In.: SANTOS, Robinson dos Santos; CHAGAS, Flávia Carvalho (orgs.). **Moral e Antropologia em Kant.** Passo Fundo: IFIBE/UFPEL, 2012, pp.55-116.

STANGNETH, Bettina. **Eichmann before Jerusalém: the unexamined life of a nass murderer.** Translated from the german by Ruth Martin. New York: Alfred A. Knopf, 2014.